

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio	
Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos	
Ricardo de Araújo Kalid	
Milton Ferreira da Silva Junior	
Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva	
Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto	
Álvaro Sérgio Oliveira	
Daiane Thaise Oliveira Faoro	
Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky	
Édi Augusto Benini	
Elcio Gustavo Benini	
Eziel Gualberto de Oliveira	
Henrique Tahan Novaes	
Martina Nogueira Lima	
Raphael Camargo Penteadó	
Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE</i> LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR	460

A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)

Marco Volpini Micheli

Mestre em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bacharel e Licenciado em História pela mesma instituição. Atualmente, é doutorando em História Econômica (FFLCH/USP) e graduando em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: mvolpini.micheli@gmail.com

RESUMO: Ao final do Setecentos, São Paulo vivenciara processo importante de transformação e incremento econômico, alavancado pelas políticas dos governadores da capitania desde a restauração administrativa, em 1765. Neste trabalho, pretendemos delinear as principais características das vilas de região de serra acima, quais sejam, as que orbitavam em torno da cidade capital, as que se encontravam articuladas com o comércio das áreas meridionais e as do chamado “interior”. A dinâmica dessas localidades tinha profunda relação com o porto de Santos, por onde eram escoadas as produções, diferentemente do que ocorria com áreas da marinha e do Vale do Paraíba. A análise da produção agrícola e das relações que se forjaram entre as vilas permite elucidar o entendimento da economia paulista em princípios do século XIX e enseja questões desafiadoras para a História de São Paulo no

fim do período colonial.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil; Capitania de São Paulo; economia agrícola; diversificação econômica.

AGRICULTURAL PRODUCTION AND COMMERCIAL TRADE IN THE REGION OF “SERRA-ACIMA” (*UP THE MOUNTAIN*): CONSIDERATIONS ON SÃO PAULO’S ECONOMY IN THE BEGINNING OF THE NINETEENTH CENTURY

ABSTRACT: By the end of the eighteenth century, São Paulo had experienced great transformation process of its economy as well as economic rise, which was possible due to the captaincy’s governor’s policies that took place since 1765, year of São Paulo’s administrative restoration. In this paper, we aim to outline the main characteristics of towns in the *serra-acima* (up the mountain) region: the ones close to the capital, as well as the ones more connected with the Southern trade’s dynamics and the towns in the countryside area. These places were highly connected with the port of Santos, through where the products were exported. The analysis of the agricultural production and the relations among the various towns allows a better understanding of São Paulo’s economy in the beginning of the nineteenth century and triggers challenging problems for the study of its

history in the end of the colonial period.

KEYWORDS: Brazilian History; Captaincy of São Paulo; agricultural economy; economic diversification.

Na primeira década do século XIX, a capitania de São Paulo já estabelecera comércio direto com Portugal como resultado do processo vivenciado de incremento econômico e de diversificação da sua produção agrícola. Os governos de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802) e de Antônio José da Franca e Horta (1802-1808) tiveram como característica comum a adoção de políticas que visavam consolidar e administrar as relações comerciais, à época já em pleno vigor.¹ Se as trocas mercantis com as outras capitanias se ampliavam à medida que se desenvolvia a produção de mantimentos e as instituições de mercado, as grandes preocupações, àquele momento, estiveram relacionadas com o aumento do comércio com a Europa e a expansão de bens exportáveis à metrópole, pelo menos até o fim do sistema colonial, em 1808.

Nesse contexto, estava inserido o problema da comunicação entre as várias regiões da capitania: enquanto que na área litorânea sul, do planalto e do interior, a ligação com Santos era mais direta e, por força da geografia, necessária para que se pudesse escoar a produção, essa realidade não se verificava no caso das vilas do litoral norte e do Vale do Paraíba, mais próximas ao Rio de Janeiro.

As diversas produções agrícolas de São Paulo estavam determinadas em localidades que apresentavam relações múltiplas em termos de articulações comerciais com as diversas praças. Nesse sentido, a divisão do espaço agrário paulista e as correntes comerciais formadas desde antes da restauração administrativa consistiam em importantes fatores que influenciavam essas relações², além das novas culturas, resultados da política posterior a 1765.

Na região de serra acima, além do Vale do Paraíba, constatamos a existência

1 Nesse contexto, cumpre salientar que a restauração política da capitania, em 1765, apesar de seu caráter fortemente militar e geopolítico, acabou por incorrer na ingerência de outro projeto, tão importante quanto o primeiro, e a ele ligado: o de inserção mais efetiva de São Paulo no sistema colonial, que, até o momento, se situava num tipo de “periferia do sistema”. Essa transformação do espaço, antes apenas fronteira, em território efetivamente ocupado e inserido nas relações metrópole-colônia, deu-se a partir do fomento ao seu incremento econômico, baseado no cultivo de gêneros agrícolas variados. Para maior explanação do tema, ver: Vera Ferlini (2004; 2009); Pablo Mont Serrath (2007); Marco Volpini Micheli (2018).

2 Há muitos estudos que tratam da formação das correntes mercantis paulistas desde o século XVII: os trabalhos de Mafalda Zemella (1951); Alfredo Ellis Jr. (1979); Ilana Blaj (2002); Maria Aparecida de Menezes Borrego (2006) são exemplos de pesquisas que abordaram toda a conformação da economia de São Paulo em período anterior à restauração de 1765. Em linhas gerais, constataram a existência de redes de comércio ativas desde, pelo menos, o fim do Seiscentos e indicaram também o importante papel, desempenhado por São Paulo, de abastecimento das regiões mineiras e do Rio de Janeiro, além das correntes mercantis com as áreas meridionais do Rio Grande. Em suma, o processo de incremento econômico e agrícola da segunda metade do século XVIII deu-se a partir de políticas direcionadas da Coroa portuguesa, mas não se pode afirmar que existiam apenas plantações para subsistência ou negar que havia traços de economia minimamente organizada.

de outros espaços importantes na economia da capitania de São Paulo. A partir da classificação sugerida por Marcílio (1970), e endossada por estudiosos importantes da economia paulista, como Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2006), dividimos as vilas em três grupos: a capital, cidade de São Paulo, e seus arredores; o caminho do sul, rota do luar e do boi; e a região do Oeste Paulista, que, nesta pesquisa, denominamos de o sertão ou “interior” paulista, a fim de que não se façam confusões com a região do Oeste da Província que foi sendo expandido, a partir da segunda metade do século XIX, com o avanço do cultivo cafeeiro para além das terras no Vale do Paraíba, onde a produção do café entrou em declínio a partir de 1870.

Os embates dos produtores dessas regiões com os governadores acerca da questão da centralização das exportações pelo porto de Santos foram muito menos recorrentes, para não dizer nulos. A maior distância da capitania do Rio e a localização geográfica dessas vilas tornavam o escoamento da produção pelo porto santista a opção mais plausível, até necessária, fato que influenciou a construção da calçada do Lorena³ e que determinou, ao longo do Oitocentos, o empreendimento de uma série de melhorias nos caminhos que levavam à vila quinhentista do litoral paulista. Malgrado a existência desse comércio de exportação por Santos, vale lembrar que perdurava ainda o papel de abastecimento da capitania de São Paulo das áreas sertanejas do Brasil, responsáveis pela articulação das áreas de serra acima com outras regiões da colônia por meio de correntes comerciais.

Para atingir o escopo de análise das regiões que compunham a área de “serra-acima” da capitania de São Paulo (excetuando-se o Vale do Paraíba, que estava mais vinculado à dinâmica comercial do litoral norte paulista e ao Rio de Janeiro), nos valem da análise de tabelas com dados quantitativos e qualitativos dos gêneros agrícolas produzidos e exportados à época.⁴

1 | A CAPITAL E SEUS ARREDORES

Essa região consistia na área da capitania que englobava vilas cuja articulação com a capital se dava em grande medida. Mantinham também, por óbvio, trocas mercantis com outras partes de São Paulo, mas, majoritariamente, era da venda de suas produções para a cidade que sustentavam sua economia. Era o caso de vilas como Moji das Cruzes (no sentido do Vale do Paraíba), Atibaia, Cotia, Bragança e

3 Para os aspectos do governo de Bernardo José de Lorena e maior explanação do tema acerca das políticas empreendidas para melhorar o calçamento do caminho entre o litoral e o planalto, ver o trabalho de Denise Mendes (1994); Benedito Lima de Toledo (1975); Ronaldo Capel (2015).

4 Essas informações constam do conjunto documental pertence ao Arquivo do Estado de São Paulo. As listas nominativas eram elaboradas desde 1765, quando, segundo Maria Luiza Marcílio (2000), “a Metrópole portuguesa resolveu proceder ao levantamento direto dos habitantes de suas colônias do Ultramar”, tendo recorrido, para esta finalidade, à Igreja e ao Corpo Militar. Foi apenas em 1797, porém, que, segundo a historiadora, esses recenseamentos entraram em fase de aperfeiçoamento, graças à Ordem Régia de 21 de outubro de 1797, pela qual D. Maria I introduziu mudanças importantes nesse processo.

Santa Ana Parnaíba. Nesse contexto, iremos focalizar a análise de duas localidades: Atibaia e Bragança. As outras ainda carecem de maiores dados, na documentação analisada, que ensejem conclusões mais sólidas a respeito de suas realidades econômicas. Não obstante, propomos que os traços característicos apresentados sobre ambas as vilas possam servir para ilustrar o quadro geral dessa área da capitania, ainda porque alguns breves apontamentos serão inevitáveis acerca do comércio em Cotia, Moji e Santa Ana.

Em primeiro lugar, na capital, a única cidade da capitania, existiam inúmeras culturas, também múltiplas, com destaque ao milho, feijão, farinha, arroz, amendoim, aguardente, algodão, fumo, melado, madeiras, gomas e até mesmo a produção de panos, além da criação de potros, bezerros e bestas. Suas produções estavam, todavia, voltadas ao consumo da população paulistana e as movimentações comerciais da capital tinham dinâmicas muito próprias, muito embora sua população, em 1816, fosse de 25.486 habitantes, 11,5% do total da capitania (Araújo, 2006, p. 44). Além disso, a cidade não registrou exportação alguma de mercadorias até 1820, de maneira que não nos deteremos, neste trabalho, sobre o estudo das relações comerciais paulistanas, o que, além do mais, requereria análises mais pormenorizadas, haja vista a presença de setores urbanos e de relações mercantis, que não eram presentes nas demais vilas de São Paulo. Como em Santos, a realidade local era bastante diversa das demais localidades paulistas.⁵

Com base em tais considerações, passemos à discussão da vila de Bragança, importante fornecedor de gêneros para a capital. Antiga vila de Jaguari, Bragança foi criada em 1797 e, apenas no século XX, seria conhecida como Bragança Paulista, nome escolhido para diferenciá-la do município de Bragança, no Estado do Pará. A localidade era importante produtora de mantimentos para suprimento das demandas locais e da cidade de São Paulo. Para além dos produtos que eram bases da alimentação paulista, arroz, feijão e milho, Bragança também era conhecida exportadora de toucinho. Desde o século XVIII, portanto, essa área foi especializada na criação de porcos para fabricação de toucinho, tradição seguida até os dias atuais, já que que o município é ainda famoso e importante produtor de linguiças e derivados da carne de porco.

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
MILHO (em alqueires)	67.946	65.087	2.859
FEIJÃO (em alqueires)	6.436	4.531	1.905
ARROZ (em alqueires)	410	350	60
AMENDOIM (em alqueires)	70	70	0
FARINHA DE MILHO (em alqueires)	92	0	92
TOUCINHO (em arrobas)	6.553	0	6.553
FARINHA TRIGO (em arrobas)	467	0	467

5 Para o estudo da sociedade e economia na cidade de São Paulo na primeira metade do Oitocentos, ver Maria Lucília Viveiros Araújo (2006).

ALGODÃO (em arrobas)	281	206	65
FUMO (em arrobas)	35	35	0
AGUARDENTE (em canadas)	152	0	152
POTROS e BESTAS	16	0	16
TOTAL	22:337\$520	14:767\$520	7:570\$000

Tabela 1- Produção, consumo e exportação de Bragança em 1798

Fonte: “Maços de População da vila de Bragança”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Como se pode observar, ainda antes da virada do século, Bragança exportava para São Paulo altas quantias de toucinho, além de farinha (tanto a de guerra quanto a de milho), algodão, aguardente, quase 2.000 alqueires de feijão e 3.000 de milho. O montante equivalente aos gêneros remetidos à cidade totalizou 7 contos e 500 mil réis, número que, em 1801, aumentaria mais de 33%. Pode-se notar, outrossim, que a vila não produzia qualquer quantidade de açúcar, tendo outro derivado da cana, a aguardente, aparecido na pauta de produtos exportados apenas entre 1798 e 1803 e, mesmo assim, com pouca representatividade.⁶ Bragança, portanto, não se especializou no cultivo de cana e no comércio açucareiro, tendo-se dedicado, como apontamos, sobretudo ao fabrico de toucinho, produto que, ao longo das primeiras décadas do Oitocentos, tendeu a ter sua produção ainda mais incrementada.

No começo do século XIX, precisamente no ano de 1801, a produção de feijão sofreu queda importante e determinou o patamar médio em que se situariam as quantidades exportadas do artigo até a década de 1820. Até 1819, portanto, a quantia de feijão remetida à cidade de São Paulo não ultrapassaria os 300 alqueires. Também a produção de milho decresceu consideravelmente, bem como a do arroz. Nesse sentido, o aumento do total exportado para mais de 10 contos de réis, se tomarmos como referência o primeiro ano de que temos informações, 1798, explica-se pela expansão na venda do toucinho. O preço médio desse artigo no último ano era de 800 réis pela arroba, cifra que dobrou para o ano seguinte, 1799. Até pelo menos 1805, o valor médio da arroba de toucinho foram os mesmos 1.600 réis, de modo que, com o aumento de sua produção e venda para a cidade, os montantes finais dos “efeitos” exportados tenderam a crescer sensivelmente.

Em 1807, excepcionalmente, a vila de Bragança enviou a São Paulo somente 20 alqueires de farinha de milho e 17.060 arrobas de toucinho. A cifra total dos produtos exportados foi 15:490\$000 ou mais de 15 contos de réis. Se desprezarmos a pouca quantia de milho que saiu da vila e dividirmos o valor das arrobas de toucinho pela cifra total negociada, chegaremos à quantia de 907,97, correspondente ao preço médio de cada uma das arrobas do produto derivado da carne de porco.

Ao longo dos anos, a tendência das exportações daquela vila foi a de exportar

⁶ Em 1799, remeteram-se 89 canadas de aguardente da vila a São Paulo. Em 1801, foram 92 canadas e, no ano subsequente, apenas 15. Em 1803, foram enviadas à cidade 7 canadas e, a partir de então, produziu-se apenas pequena quantidade, que era consumida na própria vila.

apenas milho, feijão e toucinho à cidade, além de quantias muito pequenas de farinha de milho. Embora suas produções tenham continuado a manter-se diversas, foram somente os três supra referidos gêneros que Bragança seguiu comercializando com o mercado paulistano. O milho e o feijão por razões evidentes, já indicadas, e o toucinho, sua mercadoria de venda por excelência.

GÊNEROS	1807	1808	1809	1812	1815
MILHO (em alqueires)	20	1.380	582	348	1.600
FEIJÃO (em alqueires)	-	119	103	138	263
TOUCINHO (em arrobas)	17.060	9.199	10.236	17.760	13.258

Tabela 2- Exportação de Bragança para a cidade de São Paulo (1807-1815)

Fonte: “Maços de População da vila de Bragança”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Ao final da primeira década do Oitocentos, Bragança já ultrapassava as 10.000 arrobas de toucinho exportadas, número que, em apenas dez anos, teria mais que triplicado. Em nenhuma outra localidade de toda a capitania fabricava-se essa quantidade do produto, ainda que seu fabrico fosse bem amplo e difuso pelo território de São Paulo. Em 1815, com a exportação de milho, feijão e do toucinho, totalizaram-se 11:368\$000 réis vendidos; três anos depois, ultrapassavam-se os 20 contos de réis remetidos a São Paulo, total praticamente todo advindo da venda do famoso artigo. Finalmente, em 1820, com as 35.897 arrobas remetidas à cidade, negociavam-se 45 contos, 935 mil réis (45:935\$720), montante extremamente alto, se considerarmos que não havia, na vila, o cultivo de bens de maior valor no mercado, como o açúcar ou o café.

Atrelado ao referido incremento da produção de toucinho esteve o crescimento do número de agricultores, que, em 1803, totalizavam 1.044 e, dezessete anos mais tarde, chegavam já a 1.488, aumento da ordem de 42%.⁷ A mesma expansão pôde ser verificada no número de fogos da vila, que, em 1798, somavam 1.041 e, no ano de 1818, chegavam a 1.515, número 45% mais alto.

Caio Prado Jr. (1935) chamou atenção para a importância de vilas como Atibaia e Bragança, já que, além de sua função de abastecimento da capital, situavam-se na estrada que levava ao sul de Minas.⁸ Partindo-se em sentido sul de Bragança, portanto mais próxima da cidade de São Paulo, estava essa outra importante localidade, que desempenhou função de verdadeiro “celeiro” da cidade de São Paulo: Atibaia.

7 Dados consultados pelo pesquisador. Fonte: “Maços de População da vila de Bragança”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

8 Segundo Caio Prado (1935), a divisão geográfica era a seguinte: no caminho dos “Guaiazes”, situavam-se as vilas de Jundiá, Mogi Guaçu e Mogi Mirim; rumo ao sul de Minas, Nazaré, Atibaia, Bragança; no Vale do Rio Paraíba, Mogi das Cruzes, Jacaré, S. José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena e Cruzeiro; o Caminho do Mar levava a Santos; para Campos meridionais, dever-se-ia passar por Sorocaba, Itapetininga, Faxina e Itararé; no vale do Rio Tietê, estavam Parnaíba, Itu, Porto Feliz, Tietê, Piracicaba e Araraquara.

Criada ainda em 1765, na vila desenvolvera-se em menores proporções a cultura da cana e, por conseguinte, lá não havia produção açucareira, mas sim a de aguardente. A variedade de gêneros agrícolas lá encontrada era, todavia, muito significativa. Não só a diversificação na sua pauta produtiva se destacou, porém, como também a gama de produtos importados que a vila recebia.

Nesse momento da história colonial, pelo menos até 1808, Portugal buscava produzir manufaturas para o mercado das colônias, que, em troca, tornaram-se “mercados consumidores dos produtos industrializados metropolitanos e fornecedores de matérias-primas e alimentos” (Arruda, 2000, p. 77).⁹ As vilas do Vale do Paraíba e do litoral norte, por exemplo, importavam esses artigos reinóis somente por meio do Rio de Janeiro e, em troca, enviavam suas produções pelo mesmo porto. Nas outras áreas, era o porto de Santos a porta de entrada para esses produtos como vinhos, panos e artigos necessários para a vida doméstica. Em Atibaia, é muito significativa a presença, na documentação, da importação maciça dos produtos portugueses, o que lhe ocasionou déficits pesados em todos os anos analisados.

Em geral, os artigos provinham de São Paulo, Santos e também do porto fluminense. Em 1798, por exemplo, importaram-se do Rio de Janeiro panos de linho, de lã, de algodão, chapéus, meias e tecidos de seda; de Santos, compraram sal e vinho e de São Paulo, sal e ferro; no total, foram pagos 8:444\$200 réis, número inferior ao do ano subsequente, quando as importações da vila totalizaram mais de 12 contos de réis 12:620\$880. Essa tendência manteve-se ao longo das duas primeiras décadas, tendo sido o maior valor registrado a que tivemos acesso o referente a 1805, ano em que vigorava a restrição comercial imposta por Franca e Horta, quando Atibaia comprou de São Paulo sal, fumo, açúcar, panos de linho, de lã e de algodão, tecidos de seda e chapéus (que, evidentemente, provinham do Reino e entravam pelo porto da capitania); de Santos, vinho e sal e de Curitiba, bestas e potros, o que totalizou a quantia de 21:938\$400 réis.¹⁰

De qualquer forma, para além dessas questões, era notória a diversificação de suas produções. A vila vendia, como apontamos, para a cidade de São Paulo, mas também tinha como compradora habitual a vila quinhentista de Santos. Com exceção do açúcar, a maioria dos produtos lá cultivados também estava presente na pauta produtiva das outras vilas.

Como podemos observar da análise da tabela 3, produzia-se o toucinho também

9 Esse aspecto estava inserido no projeto encabeçado por D. José I e o Marquês de Pombal de promover o reforço dos laços entre as duas partes do império, dentro do quadro do novo padrão de colonização, conforme propôs Arruda (2000). Para São Paulo, se a segunda metade do século XVIII marcou o momento em que a Coroa se preocupou com a defesa territorial e o incremento de sua economia para consolidar a ocupação, não se deve ignorar também esse processo mais geral de integração econômica entre colônia e metrópole. Pablo Mont Serrath (2007) destacou, em estudo sobre a economia açucareira paulista, a evolução da produção açucareira na capitania e os indicadores da entrada de São Paulo no comércio de longa distância com Portugal.

10 Fonte: “Maços de População da vila de Atibaia”. Listas Nominativas Anuais por Habitantes. Arquivo do Estado de São Paulo.

em Atibaia, ainda que em menores quantidades em relação a Bragança. O número de arrobas exportadas era, aliás, bem significativo e manteve-se praticamente estável ao longo da década. A presença do algodão também não era em absoluto desprezível, afinal cerca de 2.000 arrobas eram produzidas anualmente. O milho e seus derivados, como a farinha, também representavam importante artigo, que, vendido a 240 réis o alqueire, era responsável por 16:240\$800 réis em valores da produção e 1:279\$200 do que foi vendido em 1804.

Tanto em 1799 quanto em 1804, observamos que a criação de bois era atividade importante para a vila, tendência essa que se manteve até, pelo menos, o fim da década seguinte. Os bois, segundo as tabelas das listas nominativas, seguiam sempre a São Paulo, destino de outros gêneros necessários para o abastecimento da população paulistana, como a farinha, o feijão, o milho e o arroz, além do trigo e do algodão. Para Santos, eram os mesmos artigos enviados, mas em menores quantias. Em 1799, por exemplo, dos 11:214\$280 vendidos, 6:742\$440 eram para a capital, enquanto 1:537\$360 foram negociados para Santos. O restante seguia para Nazaré, freguesia da mesma vila, e para Mogi das Cruzes, frequente compradora de produtos de Atibaia. Cinco anos mais tarde, mais da metade dos 10 contos e 500 mil réis vendidos foram para a cidade de São Paulo, enquanto para Santos negociaram-se 1:575\$200 e para Nazaré e Mogi das Cruzes, juntas, 2:855\$060.

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	2.110	1.410	700
ARROZ (em alqueires)	520	310	210
MILHO (em alqueires)	67.670	62.340	5.330
FEIJÃO (em alqueires)	2.890	-	920
FARINHA DE MILHO (em alqueires)	41.650	-	1.900
TOUCINHO (em arrobas)	7.160	3.900	3.260
AGUARDENTE (em canadas)	1.260	460	800
POTROS	25	0	25
BOIS	210	100	110
AZEITE MAMONA (em canadas)	81	40	41
TOTAL	55:542\$560	45:040\$000	10:502\$560

Tabela 3- Produção, consumo e exportação de Atibaia em 1804

Fonte: “Maços de População da vila de Atibaia”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Outra produção presente nas tabelas dos vários anos era o azeite de mamona, cujo destino era também a capital. O artigo era importante para lubrificar as engrenagens e os mancais dos inúmeros engenhos de cana e, a partir da década de 1820, para ser utilizado na iluminação pública. Em que pese a baixa produção, que variou entre 40 e 60 canadas anuais, esse gênero apareceu recorrentemente na documentação como importante “efeito” exportado, cujo valor médio da cana era

2.000 réis na primeira década do Oitocentos, o que significa que o valor referente à sua venda girava em torno de 80\$000 a 120\$000 anuais.

O progressivo aumento dos valores exportados, que pôde ser observado entre 1799 e 1818, foi da ordem de 74,8% e foi resultado de dois fatores: em primeiro lugar, do incremento produtivo que pode ser facilmente observado a partir da análise das tabelas. A quantidade de alqueires exportados de feijão, por exemplo, saltou de 1.350, em 1799, para 3.052, em 1818. O milho, por sua vez, manteve-se em constante oscilação, mas apresentou leve crescida. Já o seu derivado, a farinha de milho, obteve aumento de 250%, o que também teve impacto na contagem final dos artigos vendidos (deve-se levar em conta, ademais, que o preço da farinha eram mais caro que o do milho: por exemplo, em 1803, custavam 320 réis o alqueire do milho, enquanto o da farinha, 600; em 1804, o primeiro saiu a 640 réis pela mesma quantidade, o segundo 960 réis). Finalmente, a produção de toucinho também cresceu consideravelmente, passando-se de 3.288 arrobas vendidas em 1799 para 5.334 em 1818, das quais grande parte foi para a capital.

Em segundo lugar, outro fator que exerceu alguma influência no aumento dos montantes exportados entre o fim do século XVIII e o fim da década de 1810 foi o aumento dos preços dos artigos agrícolas em geral. Essa variável é discutível sob alguns aspectos, ainda porque as cifras variavam bastante ano a ano, mas, ainda assim, é importante observar, por exemplo, o preço do azeite de mamona, vendido em 1818 a 5.120 réis, valor mais de duas vezes superior ao preço do produto em 1804. O arroz, nos mesmos anos, subira de 400 para 480 réis o alqueire. O toucinho, todavia, apresentou preços irregulares ao longo dos anos, tendo variado bastante e mantido média estável.¹¹

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
VACUNS	353	48	305
ALGODÃO (em arrobas)	344	240	104
MILHO (em alqueires)	115.158	106.895	8.263
FEIJÃO (em alqueires)	8.145	5.093	3.052
FARINHA DE MILHO (em alqueires)	34.300	28.100	6.200
TOUCINHO (em arrobas)	7.134	1.800	5.334
AGUARDENTE (em canadas)	706	10	696
ARROZ (em alqueires)	475	290	185
AZEITE MAMONA (em canadas)	83	12	61
TOTAL	65:110\$680	45:503\$160	19:607\$520

Tabela 4- Produção, consumo e exportação de Atibaia em 1818

Fonte: “Maços de População da vila de Atibaia”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

¹¹ Cf. Fonte: “Maços de População da vila de Atibaia”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Em suma, assim como Bragança, Atibaia também exerceu papel fundamental de abastecimento da capital, mas à diferença daquela, que se destacou sobretudo pelas elevadas quantias exportadas de toucinho, manteve padrões mais diversificados nos quadros de suas vendas, enviando mantimentos essenciais para a alimentação populacional também a Santos e a Mogi das Cruzes. A partir das informações disponíveis nos Maços de População, pudemos constatar, ademais, os altos déficits da vila, causados pelas constantes importações, realizadas por meio da compra de produtos vindos do Reino, fosse via São Paulo, Santos ou, no início do século, Rio de Janeiro.

As outras vilas próximas da cidade apresentaram, nas tabelas relativas à sua produção, grande quantidade de habitantes que “planta[m] para o seu sustento”, tendo consumido gêneros produzidos na própria localidade, como é o caso de Cotia, ou eventualmente produzido mantimentos, cujos excedentes eram enviados à capital ou às vizinhanças.

2 | O CAMINHO DO SUL

No que tange a essa região de serra acima a que nos referimos como o “caminho do Sul”, fazem-se necessárias breves considerações a respeito tanto de Sorocaba, vila importante para o comércio com as áreas meridionais do Brasil, quanto das localidades no extremo sul de São Paulo, pontos de passagem para os tropeiros que seguiam à Viamão.

Sorocaba, vila desde o século XVII, possuía mais de 7.000 habitantes em 1798, e sediava importante feira de gado desde a primeira metade do Setecentos. Sua posição estratégica de convergência das rotas que vinham do Sul em direção às outras partes da colônia rendeu-lhe importante lugar na capitania de São Paulo. Sua vida econômica, apesar de pautada pelas relações mercantis dos negociantes, também era marcada pelo cultivo de gêneros agrícolas variados, os quais tinham três destinações usuais: alguns eram vendidos para São Paulo, outros seguiam em direção ao sul, normalmente para Curitiba, e o açúcar que lá se produzia era exportado apenas para Lisboa, via porto de Santos. A análise dos dados constantes das poucas tabelas disponíveis nas listas nominativas indicam que, além de produzir para o consumo da população local, a vila manteve importante comércio com as áreas meridionais e com a metrópole, ao fornecer-lhe significativas quantias daquele importante produto, o açúcar, para ser revendido no mercado europeu pelos portugueses.

ARTIGOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	1.180	560	620
AÇÚCAR (em arrobas)	7.808	208	7.600
TABACO (em arrobas)	200	200	0

ARROZ (em arrobas)	600	440	160
GOMA (em arrobas)	16	16	0
MADEIRA (em dúzias)	80	80	0
COURO (em centos)	238	158	80
TABOADOS (em centos)	160	90	70
AGUARDENTE (em canadas)	35	15	20
POTROS	95	95	0
TOTAL	23:582\$640	7:381\$240	16:201\$400

Tabela 5- Produção, consumo e exportação de Sorocaba em 1798

Fonte: “Maços de População da vila de Sorocaba”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Dos gêneros exportados em 1798, ao Reino seguiram todas as 7.600 arrobas de açúcar, o que rendeu à vila 10:640\$000 (o preço médio da arroba era, portanto, 1\$400 réis). Para o “continente do Sul” e para Curitiba foi vendida toda a produção de algodão; para Santos, o arroz, para São Paulo, couros e tabuados, além da aguardente para a região dos Campos Gerais, também ao sul. De Lisboa, importaram-se vinhos, panos, meias, tecidos e sal e, do Porto, chegaram chapéus, panos e vinhos.

No ano seguinte, curiosamente, encontram-se registros da exportação de alguns produtos para o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que não há indícios de que quaisquer bens tenham sido remetidos a Lisboa diretamente por Santos. Apesar de ter sido o único ano em que ocorreu tal fenômeno, parece certo que a mercadoria foi remetida ao porto fluminense para, de lá, seguir à metrópole.¹²

Segundo consta das listas, ter-se-ia enviado ao Rio algodão, açúcar e arroz, enquanto para Curitiba, seguiu outra parte da produção algodoeira e tabaco. Não podemos dizer o que levou essa produção a ser enviada ao porto fluminense, especialmente porque 1799 parece ter sido ano excepcional no que se refere ao destino dos produtos. Em todo caso, a partir do ano seguinte, as informações indicam que se continuou a produzir os mesmos efeitos e as localidades a que rumavam seguiram o padrão observado para 1798. Em 1807, por exemplo, enviavam-se 40 arrobas de algodão para Lisboa¹³ e 1.820 arrobas de açúcar para a mesma praça, a preço médio de 900 réis cada (totalizando a cifra de 1:638\$000 réis pelo açúcar vendido).

Na década de 1810, ainda se exportava tanto o algodão quanto o açúcar, tendo sido diminuto, ao que tudo indica, o comércio de excedentes das produções de mantimentos, fossem para o sul ou para a capital. Não podemos, contudo, mapear essas informações a respeito dos anos finais anteriores à Independência por lacunas documentais.

¹² Vale lembrar que, nesse período, vigorava a liberdade comercial concedida por Castro e Mendonça, um ano antes.

¹³ O número possivelmente está equivocado já que não há registro de qualquer outra localidade para que se tenha enviado algodão e os dados referentes ao ano de 1807 evidenciam que a exportação foi de 2.508 arrobas.

Sorocaba situava-se no caminho rumo às áreas meridionais, ao passo que estava no ponto de limite entre esse espaço e o do interior paulista. Segundo a convenção historiográfica, um dos vértices do “quadrilátero do açúcar” era justamente a vila sorocabana. As cidades a seu Norte, portanto, que discutiremos a seguir, tiveram produções muito mais significativas em termos quantitativos. Seu comércio, contudo, não era privilegiado como o dessa localidade, de onde se partia rumo à região de Itararé, Faxina e à capitania do Rio Grande.

Rota por onde eram levados os muares e bois, de Sorocaba partia-se rumo aos campos de Curitiba, e depois Lajes, de onde se chegava a atingir os distantes campos de Viamão e Vacaria, até o Rio da Prata. Nessa estrada “da boiada”, surgiram muitas vilas ao longo dos séculos XVIII e XIX, notadamente no trecho entre a feira de Sorocaba e as fazendas de invernar ou de criação de Curitiba (Marcílio, 2000, pp. 150-151). Itapetininga e Apiaí estiveram inseridos nessa rota, tendo-se verificado, inclusive, alguma extração aurífera em ambas as localidades. Segundo Bruno Aidar, “as passagens dos rios no caminho do Sul – rio Curitiba, rio Paranaguá, rios de Paranapanema, Apiaí e Itapetininga – estavam vinculadas às disputas dos contratadores da capitania pelo contrato dos meios direitos de Curitiba” (Costa, 2012, p. 330).

Sobre essa região, Saint-Hilaire chamou atenção para a dispersão do seu povoamento, já que “em parte alguma há grandes fazendas, mas veem-se, frequentemente, esparsas pelos campos, casas que, malconservadas, muito pequenas, constituem indício de completa indigência” (Saint-Hilaire, 1940, p. 267). Malgrado esse aparente vazio populacional, à semelhança do processo em que esteve inserida a restauração administrativa de São Paulo – a necessidade de defesa das fronteiras contra os espanhóis –, a Coroa buscou estimular o povoamento das áreas no extremo sul, constituindo uma espécie de povoamento dirigido (Marcílio, 2000, pp. 134-135).

De qualquer forma, se em 1808, Sorocaba, vila mais central na capitania, contava com 1.660 fogos, Itapetininga apenas possuía 761 e Apiaí, 193, números bem inferiores à também importante vila de Curitiba, que chegava ao total de 1.689 fogos no mesmo ano (Marcílio, 2000, p. 145).¹⁴As vilas do “interior”, por exemplo, apresentavam, em média, 900 fogos, se considerarmos Itu, Porto Feliz, Campinas, Jundiaí e Mogi Mirim, sendo que o número mais baixo, referente a Campinas, era de 631, totais que se referem ao mesmo ano de 1808.

3 | O “INTERIOR” PAULISTA

A região do interior paulista, também conhecida como o Oeste Paulista, era muito menos extensa a ocidente do que viria a ser na segunda metade do século

14 Deve-se frisar que Curitiba sempre pertenceu, no período colonial, à capitania de São Paulo, tendo sido desvinculada e anexada à província do Paraná apenas na década de 1850.

XIX, sendo as terras à beira do rio Tietê - no sentido de Mato Grosso -, para além de Porto Feliz, áreas do “sertão desconhecido”; já no caminho para Goiás, a vila mais ao norte era a de Mogi Mirim. Deter-nos-emos, assim sendo, sobre esse terceiro *espaço econômico* da capitania de São Paulo, que englobava sobretudo as vilas compreendidas na região do “quadrilátero do açúcar”, cuja formação e importância para a economia da capitania de São Paulo no século XVIII já discutimos. Ao analisarmos as características e a composição das produções das vilas de Itu, Campinas, Porto Feliz, Jundiá e Mogi Mirim no alvorecer do Oitocentos, poderemos compreender em que medida essas localidades estabeleceram relações comerciais com a metrópole e quais papéis desempenhavam nas trocas mercantis regionais.

Itu fora criada ainda em meados do século XVII e sua jurisdição, pelo menos até o fim da centúria seguinte, era imensa. Maria Marcílio detalhou o processo de desmembramento da vila, a partir da criação de Porto Feliz, em 1797, e de Piracicaba (Vila Nova da Constituição) em 1821. A partir daquele momento, até o fim do século XIX, foram sendo criados municípios novos, que ganhavam autonomia frente aos antigos territórios (é o caso de Araraquara, Brotas, Jaú, São Carlos do Pinhal, Indaiatuba e Cabreúva) (Marcílio, 2000, p. 144). Para os efeitos desta análise, destarte, consideraremos apenas a vila de Porto Feliz (antiga freguesia de Ararituaba, como explanamos anteriormente), única criada ainda no século XVIII, considerando-se que as outras apareceriam somente às vésperas ou depois da Independência (Cf. MICHELI, 2018888).

As características da produção e da exportação de Itu eram bem particulares sobretudo porque, ainda que suas produções fossem variadas para atender às demandas regionais do comércio e consumo, sua pauta de produtos vendidos, nas primeiras duas décadas do Oitocentos, foi composta fundamentalmente pelo açúcar.

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	500	500	0
AÇÚCAR (em arrobas)	66.540	988	65.552
TABACO (em arrobas)	4	4	0
ARROZ (em arrobas)	200	200	0
GOMA (em arrobas)	4	4	0
AGUARDENTE (em pipas)	100	100	0
MADEIRA (em dúzias)	200	200	69
COUROS (em centos)	500	500	0
CAFÉ (em arrobas)	10	2	8
GADO VACUM	500	390	110
TANADOS (em centos)	100	100	0
TOTAL	87:200\$000	8:800\$000	78:400\$00015

Tabela 6- Produção, consumo e exportação de Itu em 1798

15 Na documentação original, constam 196 mil cruzados. O cálculo para adaptação foi feito pelo pesquisador, na proporção de 1 cruzado = 400 réis.

Notável produtora de algodão e dos mantimentos comuns à dieta dos paulistas, a vila já exportava, antes da virada do século, mais de 65.000 arrobas de açúcar, quantia alta se tomarmos como referência qualquer outra localidade da capitania de São Paulo. Ainda que não aparecessem discriminados nas tabelas, produziam-se os três tipos: branco, redondo e mascavo. O primeiro, em 1798, saía ao preço médio de 1.440 réis a arroba, o segundo, a 1.120 réis e o último custava 800 réis. Nesse sentido, mais de 90% dos rendimentos obtidos com a venda de produtos provinham do comércio da produção açucareira. Já os outros produtos eram absorvidos pelas demandas locais, sendo pouco provável a venda a outras vilas, tendo em vista que o milho, nesse momento inicial, não aparecia ainda como gênero de cultivo local. Apesar disso, também não consta o grão nas tabelas elaboradas que elencam os gêneros importados, mas é muito provável que fosse trazido de outras vilas ou que seu cultivo, ainda incipiente, não constasse nos recenseamentos.

Toda a exportação, de açúcar e café (ainda que muito baixa), foi remetida a Lisboa, padrão que se manteve durante todos os anos analisados. Assim sendo, o escoamento da produção dava-se, via de regra, através do porto de Santos, rumo à metrópole portuguesa. Do Reino (Lisboa e Porto), compravam-se vinhos, panos diversos, chapéus e sal, que chegavam em quantidades consideráveis, a julgar que, no mesmo ano, importaram-se 41:200\$000 réis em mercadorias. Se Itu não apresentava déficits nos balanços comerciais, como ocorria em Atibaia, isso era devido às altas somas provenientes da venda do açúcar.

Nos primeiros anos da década de 1800, os produtos exportados por Itu foram o açúcar, o café, couros e madeiras, em quantidades diminutas. Como expusemos, as tendências verificadas para 1798 mantiveram-se: remetia-se todo o açúcar e café a Lisboa. O aumento, entre o primeiro ano e 1805, foi da ordem de 6,5%, passando-se de 65.552 arrobas a 69.848.¹⁶ Note-se, outrossim, que também a exportação cafeeira experimentou crescimento importante, não obstante a produção ainda fosse muito pequena. Nos anos de 1800 e 1804, venderam-se mais de 100 arrobas do gênero agrícola.

O padrão repetiu-se também na pauta de produtos importados. Nesse sentido, seguiu-se comprando variados produtos de Lisboa e do Porto, que somavam grandes quantias, inferiores, todavia, ao montante total corresponde às vendas do açúcar à metrópole. Em 1800, por exemplo, gastaram-se 20:800\$000 réis, ou mais de 20 contos, em mercadorias importadas; número inferior aos 35:714\$000 referentes ao último ano dessa série, 1805.

¹⁶ Os cálculos das quantidades de açúcar também foram convertidos. Na documentação, mede-se o açúcar em quintais, de maneira que, para chegarmos ao número de arrobas, multiplicamos os totais documentados por 4.

PRODUTOS	1800	1801	1803	1804	1805
AÇÚCAR (em arrobas)	66.404	58.560	51.696	52.448	69.848
CAFÉ (em arrobas)	108	20	20	120	-
COUROS (em centos)	150	-	-	-	-
MADEIRA (em dúzias)	-	69	69	-	-

Tabela 7- Produtos exportados por Itu entre 1800 e 1805

Fonte: “Maços de População da vila de Itu”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Nos anos seguintes, a produção seguiu crescendo e registrou, à exceção de 1811 e 1815, quantidades sempre superiores. Entre 1805 e 1808, já aumentara consideravelmente a exportação, em torno de 15%. Foi apenas em 1818, porém, que a exportação ultrapassou a casa das 100.000 arrobas, que, vendidas a 1\$360 réis cada, somaram a exorbitante quantia de 140 contos de réis angariados pelos produtores de Itu. No que concerne ao preço do açúcar, parece que ele se manteve estável até o último ano da série analisada. A partir de 1819, as tabelas desaparecem pelo menos até 1824, quando a arroba saiu ao preço de 1.760 réis.

De qualquer forma, os preços do açúcar de Itu estavam alinhados com os produzidos em outras partes da capitania, embora tenham sido constantes as queixas sobre a qualidade do produto exportado. Sobre o tema, Maria Thereza Petrone pontuou que “com o correr do tempo, quando já se acumulava certa experiência, as inovações técnicas para melhorar a produção de açúcar nunca conseguiram chegar a São Paulo, ou tiveram aqui difusão lenta e limitada” (Petrone, 1968, pp. 180-181). Por isso, os senhores de engenho paulistas não se preocuparam em produzi-lo em qualidades melhores, já que, conforme afirmara Melo Castro e Mendonça, a fabricação do açúcar em “serra acima” era muito fácil.¹⁷ Mas não só a isso se devia a sua má qualidade, também durante o transporte estava-se sujeito a contratemplos. Segundo a historiadora, só fugia à essa regra o açúcar do litoral norte, ainda que os preços tenham sido, em geral, similares.

Seja como for, o fato é que Itu se diferenciou não só das vilas das outras áreas de São Paulo, mas dentro da própria região do interior e do “quadrilátero”. Embora as outras tenham também apresentado totais produtivos altos, nenhuma chegou ao patamar da vila ituana. Entre 1798 e 1818, foram, pelo menos, 954.080 arrobas exportadas a Portugal, média de 59.630 por ano. Se considerarmos os números da produção, beira-se a 1.000.000 de arrobas.

No final desse período, ainda se importavam os gêneros habituais de Lisboa e do Porto, como vinhos de ambas as cidades, panos de linho, de lã, algodão e chapéus, que, em 1818, totalizaram quase 41 contos de réis, quantia muito inferior, contudo, em relação àquilo que se arrecadara com a venda das produções.

¹⁷ “Sobre o açúcar, meios de restabelecer a má reputação em que ele está em Lisboa, e mesmo no Rio de Janeiro”. 31 de janeiro de 1799. In: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 29, 1899, pp. 120-121.

ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO
1798	66.540	65.552
1800	67.296	66.404
1801	60.584	58.560
1803	53.720	51.696
1804	58.448	52.448
1805	72.920	69.848
1808	81.200	79.692
1809	71.092	70.104
1810	26.176	25.400
1811	31.724	31.424
1812	52.456	51.996
1813	53.636	53.240
1815	45.920	44.824
1816	58.252	57.236
1817	72.052	71.040
1818	106.128	104.616

Tabela 8- Quantidade de açúcar exportada por Itu a Lisboa entre 1798 e 1818

Fonte: “Maços de População da vila de Itu”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Embora sua produção tenha sido, na maioria dos anos, inferior à de Itu, Porto Feliz, que fora emancipada de Itu e elevada à condição de vila no fim do Setecentos, no início do século XIX, registrou-se exportação de mais de 108 mil arrobas de açúcar. A economia da vila era, em geral, semelhante à de Itu, com algumas diferenças, que eram, contudo, importantes.

ARTIGOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	40	40	0
AÇÚCAR (em arrobas)	109.600	800	108.800
TABACO (em arrobas)	40	40	0
FARINHA (em alqueires)	1.000	600	400
MILHO (em alqueires)	5.000	5000	0
FEIJÃO (em alqueires)	1.500	1250	250
TOUCIHO (em arrobas)	1000	800	200
MADEIRAS (em dúzias)	400	400	0

Tabela 9- Produção, consumo e exportação de Porto Feliz em 1801

Fonte: “Maços de População da vila de Porto Feliz”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Em primeiro lugar, produziam-se mais gêneros agrícolas, como a farinha, o milho e o feijão, que não apareciam nas tabelas referentes às produções de Itu, pelo menos até 1820. Não obstante a produtividade não ter sido elevadíssima, era suficiente para que se abastecesse a população local e, provavelmente, se enviasse

algum excedente a Itu. Pudemos constatar, assim, intenso cultivo do milho, por exemplo. Em 1801, foram produzidos 5.000 alqueires, enquanto, no ano seguinte, constam 120.000, todos consumidos na vila. Até o ano de 1817, não se encontram mais dados nas listas nominativas discriminando a produção, mas, nesse ano, foram registrados 64.435 alqueires do mesmo produto, total que seria ainda inferior aos 75.791 referentes a 1820.

No que se refere ao feijão, observa-se o mesmo padrão: 1.500 alqueires produzidos em 1801, 5.000 no subsequente e 10.486 em 1820. A grande maioria, tanto para um gênero quanto para outro, é registada como de consumo interno dos habitantes de Porto Feliz. Malgrado não existam indícios concretos na documentação analisada, exceto até 1801, pode-se considerar uma hipótese que diz respeito ao segundo fator que diferenciava a economia de Porto Feliz daquela de Itu: o fato de a vila, como já expusemos, ser ponto de saída das monções, tendo apresentado, portanto, intenso comércio com a região mineira do interior do Brasil.

Parte da produção desses mantimentos, portanto, foi, mesmo depois de 1801, provavelmente remetida à região das minas mato-grossenses sem que houvesse rígida discriminação escrita. Outro indício que corrobora essa tese pode ser verificado na descrição dos produtos exportados de 1802, por exemplo. Embora não tenha havido produção de farinha, aparecem 80 alqueires exportados, que, em teoria, não poderiam ser remanescentes da produção do ano anterior, uma vez que dos 1.000 alqueires produzidos em 1801, 600 teriam sido consumidos e 400 exportados. Nesse sentido, pode ter sido documentada a exportação de farinha proveniente de outras localidades, evidenciando o já conhecido papel de entreposto comercial de Porto Feliz.

Para 1798, 1799 e 1801, aparecem registros do envio a Cuiabá de arroz, toucinho, feijão, farinha de milho e tabaco, sem que tivesse havido produção o suficiente para realizá-la. A partir de 1802, desaparecem as notas sobre esse comércio, mas provavelmente, ele se manteve, ainda que em menor escala¹⁸, o que explica que no fim da década de 1810, aparecessem documentadas as quantias totais dos gêneros como o arroz, o feijão e o milho, não obstante a sua produção tivesse sido muito superior ao do início do século.¹⁹

Outra diferença em relação a Itu dizia respeito ao comércio com as “vilas do Sul”: em 1817, 1818 e 1820, a aguardente produzida na vila aparece toda exportada a essas localidades, que não podem ser identificadas com precisão por falta de referências mais específicas. No último ano analisado, também a essas vilas meridionais aparecem produtos enviados como parte da produção de feijão e da

18 As expedições foram se tornando menos intensas no século XIX em relação ao anterior, sem que, contudo, elas tenham desaparecido pelo menos até meados da centúria.

19 Também o toucinho e o algodão eram artigos que, ano a ano, apareciam nas tabelas de produções de Porto Feliz. Para mais detalhes sobre as quantidades cultivadas de cada gênero agrícola, vejam-se os anexos, em que constam todas os anos aos quais tivemos acesso (que, em comparação com a série de Itu, foram poucos).

farinha de milho.

ARTIGOS	1817	1818	1820
AÇÚCAR (em arrobas)	60.424	85.276	75.540
AGUARDENTE (em canadas)	1200	604	1.236
FEIJÃO (em alqueires)	200	-	486
MILHO (em alqueires)	-	-	300

Tabela 10- Exportações de Porto Feliz entre 1817 e 1820

Fonte: “Maços de População da vila de Porto Feliz”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

A grande semelhança com a vila ituana residia no fato de que toda a produção açucareira, ou pelo menos a imensa maioria dela, era remetida a Lisboa. Em todos os anos, verificou-se a venda para a cidade portuguesa e as quantias vendidas, se não eram tão significativas quanto as de Itu, chegavam perto. Em 1817, Itu enviava a Portugal 72.052 arrobas, enquanto Porto Feliz exportava 60.424, 16% a menos. No ano seguinte, 106.128 saíam da primeira vila, enquanto 85.726 eram exportadas de Porto Feliz.

Quanto ao preço do açúcar, há poucos registros na documentação, mas, para os anos disponíveis, constatou-se média de 933 réis pela arroba²⁰, menos, portanto, do que valia o açúcar da maior produtora da capitania e também da vila de São Sebastião, na marinha paulista. Não se conhecem as razões para este fenômeno, embora se possa presumir que, pelo fato de a distância em relação a Santos ser ainda maior do que de Itu, o açúcar estava suscetível a sofrer deteriorações diversas. Outra hipóteses refere-se a questões de cultivo e técnicas agrícolas, que poderiam não ser tão desenvolvidas e eficazes em Porto Feliz.

A importação de vinho e panos também foi constante durante os anos. Deve-se salientar que, enquanto duraram as expedições fluviais, levavam-se muitos produtos do Reino para serem comercializados na região das minas, ainda que outra parte dos produtos importados fosse para o consumo da população local e, muito possivelmente, da pequena elite que se formara graças à produção de açúcar.

Dessa forma, embora a influência das trocas comerciais propiciadas pelo comércio de monções e as vendas, a partir da segunda década do Oitocentos, para as vilas meridionais tenham sido fatores que afastaram o perfil econômico de Porto Feliz daquele verificado em Itu, é possível estabelecermos pontos em comum entre as duas localidades, notadamente no que se refere à alta produção do açúcar e seu recorrente envio a Portugal. As quantias produzidas e exportadas nas duas localidades não foram verificadas em nenhuma outra localidade, o que não significa

²⁰ Há informações sobre 1798, ano em que o preço médio foi de 1\$000 réis; também sobre 1799, quando se vendeu pelos mesmos 1\$000 réis e sobre 1801, quando o valor decaiu e saiu à média de 800 réis a arroba.

que não fossem relevantes as produções, de açúcar ou de víveres em geral, das outras vilas.

Campinas, que já existia desde a década de 1760 enquanto povoado, mas fazia parte da vila de Jundiaí, é exemplo dessa situação. Foi erigida à condição de vila, sob o nome de São Carlos, no mesmo ano de Porto Feliz, apenas em 1797. Em comparação com as duas outras localidades, a vila apresentava diversificação agrícola ainda mais evidente, não obstante sua produção de açúcar fosse das maiores da capitania. Ainda em 1798, exportava, além do doce, milho, feijão, farinha, toucinho, algodão e tabaco. Suas produções tinham, porém, destinações múltiplas. Nesse ano, enviou-se à capital, além de, para Santos, açúcar e algodão e para Itu, milho, feijão, farinha e toucinho, justamente os víveres que não eram produzidos pela vila, o que evidencia o comércio local que era consumado entre as vilas e não necessariamente aparecia em toda a documentação.²¹

Constatamos que o açúcar produzido nessa vila, além de ser exportado a Portugal, também supria a cidade de São Paulo. Foram 3.139 arrobas enviadas à capital e 10.000 à vila portuária. Nos registros desse ano, contudo, não há referências diretas, como nos de Itu e Porto Feliz, do destino desse produto depois de chegado a Santos. Pela sua quantia, acreditamos que ele fosse enviado a Lisboa, como acontecia com o açúcar proveniente das outras vilas.²² Já o preço da arroba de açúcar branco foi superior ao de Porto Feliz e mais próximo ao praticado em Itu, por volta de 1.360 réis a arroba, quantia alta em relação às demais vilas da capitania.

Seis anos mais tarde, a quantidade de açúcar produzida foi de mais de 30.000 arrobas, das quais 2.205 foram remetidas à capital e 28.490 a Santos, para serem enviadas a Europa. Nesse mesmo ano de 1804, apareceu na pauta de exportações da vila outro produto que não mais sairia dos registros documentados: a aguardente. Campinas parece ter se especializado na produção da bebida e, ao longo da primeira década, incrementado as quantias que eram vendidas. O grande mercado consumidor desse produto foi o paulistano, que, nesse ano, recebeu 698 canadas, além de parte da produção de trigo, toucinho, feijão e couro. A outra parte, à semelhança de 1798, foi enviada à vila ituana, para suprir a demanda de seus habitantes. Quanto ao milho, toda a produção de Porto Feliz foi novamente vendida para Itu, onde parece que não se desenvolveu o hábito do cultivo do grão até pelo menos meados da década de 1820, quando essa situação se alterou (Klein & Luna, 2006, p. 67).

21 Apesar da exportação, nos Maços de Itu não constam as compras feitas de Campinas dos mantimentos que lhe faltavam, como indicamos anteriormente.

22 É necessário levar em consideração que, apesar das diretrizes, não havia regras rígidas de como documentar essas produções. Por isso, para algumas vilas, há referência direta à exportação para Portugal sem explicitar que ela se dava por Santos. Para outras, a exportação aparece tendo como destino a vila quinhentista do porto, mas são poucas as chances de que o gênero não tenha saído rumo à metrópole.

GÊNEROS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
AÇÚCAR (em arrobas)	31.020	525	30.495
CACHÇAÇA (em canadas)	756	58	698
MILHO (em alqueires)	26.420	24.320	2.100
FEIJÃO (em alqueires)	1.844	1.700	144
TOUCINHO (em arrobas)	1.168	104	1.064
ALGODÃO (em arrobas)	56	40	16
TRIGO (em alqueires)	106	80	26
AMENDOIM (em alqueires)	121	53	68
FUMO (em arrobas)	15	15	0
MAMONA (em canadas)	100	85	15
TOTAL	46:633:160	6:732:960	39:900:200

Tabela 11- Produção, consumo e exportação de Campinas em 1804

Fonte: “Maços de População da vila de Campinas”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

O padrão econômico da vila de São Carlos, hoje Campinas, parece ter-se mantido estável até o fim da década de 1810. A produção de açúcar, com exceção do ano de 1818, não aumentaria em termos de quantidade de maneira substancial, tendo-se exportado, não mais do que 50.000 arrobas. Em 1812, ainda se exportavam os mesmos produtos à capital, a Itu e a Portugal, com o diferencial que, nesse momento, a produção de aguardente havia crescido bastante, mais de seis vezes. Nesse ano, das 4.500 canadas produzidas, 4.300 foram vendidas e, com exceção do feijão, que também apresentou notável incremento produtivo da ordem de 2000%, as outras mercadorias mantiveram-se estáveis, variando pouco em relação aos anos iniciais do século.

No que se refere ao preço dos mantimentos de modo geral, os dados, infelizmente, foram desaparecendo, tendo 1809 sido o último ano em que puderam ser verificados. À época, a arroba de açúcar caíra para o valor de 500 réis a arroba, o que pode ser devido à influência da maior concorrência que a abertura dos portos causara, impactando assim o preço das mercadorias, como também pode ter sido fenômeno pontual, tendo em conta que as variantes eram muitas e mudavam de localidade para localidade. Se lembrarmos que, anos adiante, o açúcar de Itu ainda valia bem mais do que 500 réis, podemos supor que tenha ocorrido, de fato, alguma situação específica ou que o impacto da abertura dos portos nos preços tenha sido de curto prazo.

Em suma, se os dados ainda são obscuros para alguns setores, fornecem nítidos subsídios que ensejam algumas conclusões acerca da produção de Campinas às vésperas de 1821. Como referido, 1818 foi ano excepcional, já que se exportaram quase 100.000 arrobas de açúcar, além de ter-se verificado menor quantia dos outros mantimentos, situação que, comparando-se aos dados de 1822, não se prolongou.

Nesse último ano, já se tornara a produzir e vender as quantias usuais de açúcar da vila de São Carlos, bem como os víveres aparecem em maiores quantidades. Para o caso da aguardente, a chamativa quantia de 84.440 canadas exportadas em 1813 foi também exceção à regra. Os patamares de venda da bebida, até 1820, também se mantiveram aquém das 4.000 canadas, mesmo que o total de 1818 possa sugerir que houve declínio nos anos finais dessa segunda década do Oitocentos. Na verdade, não houve, porque quatro anos depois, em 1822, vendiam-se 9.000 canadas do mesmo produto.

Deve-se levar em consideração não só as limitações dessa documentação, que dependia do preenchimento meticuloso dos agentes fiscalizadores, sujeitos a cometer falhas, por óbvio; como também, reforçamos, considerar a hipótese de que situações adversas, alheias ao nosso conhecimento, tinham impacto na produtividade das safras e na negociação das vendas.

GÊNEROS	1813	1816	1818
AÇÚCAR (em arrobas)	53.136	47.240	99.000
ARROZ (em alqueires)	800	2.400	-
FARINHA (em alqueires)	5.000	3.000	500
TOUCINHO (em arrobas)	8.000	8.000	-
AGUARDENTE (em canadas)	84.440	3.400	800
FUMO (em arrobas)	200	-	-
FEIJÃO (em alqueires)	-	8.000	-
MILHO (em alqueires)	-	3.500	2.000

Tabela 12- Exportações de Campinas em 1813, 1816 e 1818

Fonte: “Maços de População da vila de Campinas”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Se Campinas desempenhou papel importante de fornecedor de artigos que faltavam a Itu e também atendiam à capital, seu papel de fornecedora açucareira à metrópole foi empreendido de maneira constante, como também o faziam as vizinhas Itu e Porto Feliz. A primeira, marcada pela exportação maciça de praticamente só um produto, sua maior riqueza, e a segunda, influenciada pelo comércio com as minas.

Nesse diapasão, destaca-se que essa região constituiu um “espaço econômico” de São Paulo com características singulares, graças à presença de localidades que eram **marcadas não só pelas conexões com outros mercados** da própria colônia, dentro ou fora da capitania, mas, sobretudo, devido às suas **elevadas e recorrentes exportações**, via porto de Santos, a Portugal, de onde compravam produtos manufaturados para consumo, mesmo depois de 1808.

Nos meandros dessa área de São Paulo, situava-se também Jundiaí, que ganhara o status de vila em 1655. Por apresentar lacunas nos dados referentes à primeira década do século XIX, optamos por analisar, em oposição, os anos de 1799

e 1817, para que possamos tecer considerações a respeito da economia da vila naquele momento.

De modo geral, Jundiaí apresentava quadro bem variado de produções e exportações, sem, contudo, ter-se destacado em relação a suas vizinhas pela quantidade de produção de nenhum gênero, com exceção da rapadura, que, em 1817, teve mais de 100.000 unidades vendidas. Os registros da mercadoria, entretanto, não estão presentes nos outros anos consultados e, quando aparecem, não há especificação da quantia produzida. Mesmo assim, as referências sugerem que a vila tenha mantido de forma constante alguma produção, que não poderia ter sido tão incipiente a ponto de possibilitar a exportação de tamanha quantidade naquele ano.

Produzia-se açúcar, milho, feijão, algodão, amendoim, farinha, arroz e feijão, além de ter sido usual a referência a criação de animais, o que justifica a presença de toucinho na sua pauta exportadora. Desses mantimentos, no final do século XVIII, exportaram-se todos, diferentemente do que observamos dezoito anos depois. Acompanhando a dinâmica das localidades em seus arredores, Jundiaí enviava açúcar a Santos, para ser remetido a Lisboa pelo seu porto, enquanto as outras mercadorias seguiam à capital, São Paulo, para abastecer a demanda dos paulistanos.

É claro que as mercadorias, se eram consumidas pelos habitantes da cidade, também tomavam outros rumos por meio do comércio intenso que ali ocorria e, como já indicamos, as informações de que dispomos sobre os produtos que seguiam por rotas terrestres são escassas, de maneira que podemos apenas indicar que esses produtos que chegavam à capital, fosse de Jundiaí, Porto Feliz ou Campinas, seguramente eram, além de lá consumidos, redistribuídos a outras áreas da capitania e da própria América Portuguesa.

Mereceu destaque a produção de milho, que, em ambos os anos, superou os 40.000 alqueires produzidos, além da sua produção de feijão, relativamente alta e que atendia à população local sem que se necessitasse importar o grão, como acontecia em Itu, por exemplo.²³ Além disso, a produção de aguardente também parece ter sido seguida ao longo das duas décadas, mas, em 1817, constam ter sido produzidas 10.050 canadas da bebida e na coluna de exportação, não aparece a diferença entre a produção e o consumo da vila, que seria de 9.630 canadas, mas, em seu lugar, há número muito inferior, o que pode ter sido decorrente de algum erro no preenchimento dos dados pelos responsáveis. Por conseguinte, não sabemos se foram produzidas de fato as mais de 10.000 canadas, o que teria gerado acúmulo do estoque dos produtores ou sido vendido maciçamente à capital paulista; ou, se, por outro lado, preencheu-se incorretamente o valor de produção, que poderia ter sido

23 No ano de 1808, foram contados, em Jundiaí, 722 fogos e a população era por volta de 3.300 pessoas. Cf: Elizabeth Darwiche Rabello. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980 [tese de 1973], pp. 32-33; Maria Luiza Marcílio. *Op. Cit.*, p. 144.

de 1.005 canadas, valor obtido se somarmos as 420 consumidas em Jundiá com as 585 exportadas.

ARTIGOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
AÇÚCAR (em arrobas)	9.202	562	8.640
MASCAVO (em arrobas)	1.218	0	1.218
REDONDO (em arrobas)	4.560	340	4.220
AGUARDENTE (em canadas)	10.050	420	585
RAPADURAS	102.400	-	102.400
MILHO (em alqueires)	48.276	48.116	160
FEIJÃO (em alqueires)	4.902	4.902	0
ALGODÃO (em arrobas)	600	600	0
AMENDOIM (em alqueires)	174	174	0
ARROZ (em alqueires)	675	675	0
FUMO (em arrobas)	36	36	0
CAPADOS (em centos)	1.512	1.020	492
CAVALOS	36	36	0
FARINHA MANDIOCA (em alqueires)	60	60	0
VACUNS	432	432	0
TOTAL	37:536\$680	18:817\$920	18:718\$860

Tabela 13- Produção, consumo e exportação de Jundiá em 1817

Fonte: “Maços de População da vila de Jundiá”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Seja como for, a vila tinha produção bem diversificada, proveniente dos cerca de 500 agricultores que lá produziam e lograva abastecer toda a população local, como exportar para o Reino e para a capital, mas não só. Jundiá também consumia uma série de produtos vindos do Reino, como vinho do Porto, sal (que, aliás, em 1798, foi comprado pela exorbitante quantia de 4.480 réis por alqueire), panos e até mesmo aguardente do Pico.²⁴

ARTIGOS	1815	1816	1818
AÇÚCAR (em arrobas)	3.713	2.800	2.800
MASCAVO (em arrobas)	681	500	500
REDONDO (em arrobas)	1.649	1.010	1.010
AGUARDENTE (em canadas)	240	160	160
MILHO (em alqueires)	72	400	400
FEIJÃO (em alqueires)	-	50	50

Tabela 14- Exportações de Jundiá em 1815, 1816 e 1818

Fonte: “Maços de População da vila de Jundiá”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

²⁴ Fonte: “Maços de População da vila de Jundiá”. *Listas Nominativas Anuais por Habitantes*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Nos anos finais do período analisado, a vila ainda remetia a Portugal, ex-metrópole, seus açúcares e a cidade de São Paulo, enviava alguns mantimentos. As quantias e a variação de produtos elencados foi, contudo, menor, o que sugere que talvez tomasse fôlego algumas alterações nas suas relações produtivas e econômicas, já que a mesma tendência pôde ser verificada nas listas do ano de 1822, quando poucos artigos foram vendidos para outras localidades.

Finalmente, no mesmo caminho de Goiás em que se situava Jundiá, estava localizada Mogi Mirim, criada em 1769, a partir do desmembramento da primeira vila. Diferenciava-se, frise-se, de Mogi Guaçu, freguesia que só seria elevada a município na segunda metade do século XIX.

Sobre a vila de Mogi Mirim, os dados são realmente escassos, mas, a partir do estudo de suas produções de 1798, único ano para o qual estão disponíveis as informações, pode-se compreender qual era o seu perfil econômico na virada de século para o Oitocentos e em que medida ele estava de acordo com os padrões verificados nas outras vilas do que convencionamos como o “interior paulista”.

É notório que a sua produção era bem inferior à das outras vilas, especialmente em termos de víveres diversos, embora sua população ultrapassasse, no mesmo ano de 1798, os 7.300 habitantes (Rabello, 1980, pp. 32-33). Não existem registros, contudo, da chegada de mantimentos de outras vilas vizinhas para suprir a demanda local, o que, provavelmente, acontecia na prática, considerando-se que Mogi Mirim importava vinhos e panos feitos em Portugal, fato que evidencia a articulação com o comércio regional.

A presença do cultivo de cana na vila é bastante similar à situação da vizinha Jundiá. Eram também vendidas, em Mogi Mirim, rapaduras produzidas na vila e sua produção de açúcar foi, no ano analisado, bastante parecida com a outra vila, tendo-se exportado o total de 2.888 arrobas. O preço médio foi de 1.400 réis cada, o que corresponde às tendências gerais verificadas nas outras vilas, excetuando-se Porto Feliz, como já indicado.

ARTIGOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
ALGODÃO (em arrobas)	452	404	48
AÇÚCAR (em arrobas)	3.128	240	2.888
FUMO (em arrobas)	740	396	344
TOUCINHO (em arrobas)	744	480	264
FEIJÃO (em alqueires)	439	420	19
MILHO (em alqueires)	1.839	1.000	839
ARROZ (em alqueires)	100	100	0
TRIGO (em alqueires)	100	14	30
RAPADURAS	6.950	2.950	4.000
AGUARDENTE (em canadas)	425	325	100

Carecem informações, ademais, a respeito do destino das suas exportações, mas provavelmente a vila enviava suas produções à capital, como ocorria nas demais localidades da região. Além do quê, uma vez que sua produção açucareira era considerável, pode-se supor que também era remetida a Portugal, de maneira que seus outros excedentes deveriam tomar o mesmo percurso, rumo à cidade e a Santos, para serem levados ao Reino.

O desenvolvimento da lavoura canavieira em Mogi Mirim, segundo Maria Thereza Petrone, deu-se somente a partir de 1836, pois, nessa data, “embora não fosse ela desprezível, contavam-se somente 35 engenhos com uma produção de 40.520 arrobas de açúcar e 2.319 canadas de aguardente”. Para a historiadora, muitos mineiros foram atraídos pelas boas terras da vila e para lá se dirigiram. Saint-Hilaire comentou que, quando lá esteve, em 1819, “havia um grande número de engenhos”. Esse processo culminou na espantosa cifra de 227 000 arrobas produzidas em 1854, quantia que nunca foi alcançada por Itu (Petrone, 1968, pp. 50-51).

As transformações na economia de São Paulo foram o resultado das políticas empreendidas desde a restauração política de 1765. Os desafios que a Coroa portuguesa teve de enfrentar estiveram relacionados à defesa territorial, problema intrinsecamente ligado à questão da ocupação de terras e da necessidade de se estimular o incremento econômico. Nesse processo, a capitania, que até então permanecia inserida de maneira frágil no sistema colonial, passou a integrar de maneira mais direta o comércio atlântico com a metrópole. Sendo assim, pôde-se observar não só o aumento da produção para atender as demandas locais e das outras partes da colônia, mas foi igualmente notável a ampliação das exportações que rumavam a Portugal.

Na esteira das propostas apresentadas por estudos importantes sobre a dinâmica econômica de São Paulo, a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo das primeiras décadas do Oitocentos, identificou-se, por meio da análise dos Maços de População, dados que corroboraram os resultados das modificações da agricultura paulista e que ratificam a consolidação de São Paulo como exportadora de gêneros diversos para Portugal, mesmo depois do fim do sistema colonial.

A partir do estudo das vilas compreendidas nessa região do “interior” paulista, constatou-se a intensa rede de mercado que entre elas se desenvolveu e a presença de elemento comum a todas elas: as trocas comerciais com o Reino, através do porto de Santos, por onde saía, principalmente, o açúcar durante todo o período analisado.

As vilas “no caminho ao sul”, por sua vez, mantiveram conexões mercantis com as áreas meridionais do Brasil e também com Portugal (no caso do açúcar

sorocabano), enquanto as áreas no “entorno da capital” apresentaram seguidas relações comerciais com a cidade de São Paulo, em cuja órbita elas estavam inevitavelmente inseridas.

Todos os vínculos estabelecidos nessas regiões diferiram sensivelmente daqueles da faixa litorânea e do Vale do Paraíba, por exemplo, áreas muito mais conectadas ao porto do Rio de Janeiro do que ao da própria capitania, tema esse, porém, que exige análise mais detida e enseja, seguramente, pesquisas instigantes.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006 [tese de doutorado defendida em 2003].
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. In: *Revista USP*, n. 46. São Paulo.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006 (tese de doutorado).
- CAPEL, Ronaldo. *O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: aspectos políticos e econômicos (1788-1797)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2015 (dissertação de mestrado).
- COSTA, Bruno Aidar. *A vereda dos tratados. Fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012 (tese de doutorado).
- ELLIS JR., Alfredo. *A Economia Paulista no Século XVIII*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. “São Paulo, de fronteira a território: uma capitania dos novos tempos”. In: ANTUNES, Ermelinda (cur.). *Laboratório do mundo*. Idéias e saberes do século XVIII. Catálogo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2004.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. “Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada”. *Anais do Museu Paulista* (impresso), v. 17, 2009.
- KLEIN, Herbert S. & LUNA, Vidal Francisco. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836*. São Paulo: Edusp, Editora Hucitec, 2000 (Tese de livre-docência defendida em 1974).
- MENDES, Denise. *A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1994.
- MICHELI, Marco Volpini. “Do Tietê ao Atlântico: a economia de Porto Feliz na capitania de São Paulo”. In: Maria Isabel de Siqueira; Helena Trindade de Sá; Valter Lenine Fernandes; Victor Hugo Abril. (Org.). *A colônia em perspectiva: pesquisas e análises sobre o Brasil (XVI-XIX)*. 1ed. São Paulo: Paco Editorial, 2018, v. 1, p. 187-205.

MICHELI, Marco Volpini. *São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: Formação e consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. São Paulo: FFLCH/ USP, 2007 (dissertação de Mestrado).

PRADO JR., CAIO. “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”. In: *Idem. Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [originalmente publicado em 1935].

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980 [tese de 1973].

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1940 (textos do século XIX).

TOLEDO, Benedito Lima. *Projeto Lorena, os caminhos do mar: revitalização, valorização e uso dos bens culturais*. 1. ed. São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal, 1975. v. 1.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais*. 2a. ed., São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1951.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1

